

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata-se de solicitação para **inscrição dos servidores** listados abaixo, para participarem do evento **“38º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO”**, com carga horária de 30 horas, promovido pela empresa **INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**, na forma presencial, que será realizado no **período de 08 a 10 de outubro de 2024**, na cidade de João Pessoa – PB.

1. Flávio Azevedo Antunes
2. Jorge Machado da Silva
3. Anna Carolina Dias Teixeira Lima – Já inscrita
4. Fabio Prudente Netto
5. Giselle Pinto Bianco
6. Isabella de Souza Silva
7. Carolinne Lamas Fernandes
8. Janaína Lara Simões Ferreira
9. Patrícia Fernandes Marques
10. Carlos Vinicius de Lima Santana
11. Fernanda Braga Mendes
12. Larry Leonardo Bezerra de Matos
13. Thiago Rangel Gomes Lopes
14. Rakeliny Mauriz Gomes

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 07.06.24, considerou que:

✓ A contratação tem respaldo no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, **“Inexigibilidade de Licitação”**, face à inviabilidade de competição;

✓ O custo da inscrição individual é de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais correspondente à 13 (treze) inscrições, sedo concedida uma cortesia conforme proposta comercial (peça nº 10);

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 2);

✓ A **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 1 e 2), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

✓ Encaminhado a SIE CLC0124/2024 à SUBENG para adoção das medidas necessárias visando à emissão de passagens aéreas e diárias, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça nº 8);

✓ Nos termos do artigo 72, inciso III da Lei nº 14.133/21, a douta Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT examinou outro processo similar ao presente, que objetivou a inscrição de diversos servidores, no evento aqui pretendido, tendo se manifestado de forma favorável à contratação direta, conforme parecer constante no Processo TCE-RJ nº 300.855-6/24.

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 56, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria-Geral deste Tribunal nos autos do processo TCE-RJ nº 300.855-6/24, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e posteriormente à CGA.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria, para a emissão de nota de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
Instituto Brasileiro de Direito Administrativo	29.419.181/0001-77	19.500,00

Posteriormente, solicitamos o envio à **CGA**, recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade das Notas de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265